

Moçambique precisa de uma Constituição que separe os poderes

DOMINGO 8/12/91

— defendem os líderes do PCN em conferência de Imprensa

por Salomão António

O PCN, Partido de Convenção Nacional, uma outra formação política que se apresentou na passada sexta-feira em conferência de Imprensa na capital moçambicana, anunciou, na circunstância, a realização da sua primeira Conferência Nacional, a ter lugar de 16 a 17 do mês em curso.

Foi dito na ocasião que a conferência, que precede o congresso, terá uma participação de setenta delegados oriundos de todas as províncias moçambicanas, para além de convidados de outras formações políticas existentes no país.

Inácio Chire e Lutero Simango, sublinharam que a conferência se vai realizar numa altura em que a democracia em Moçambique está ainda longe de ser uma realidade, em razão das dificuldades que os partidos emergentes enfrentam no desempenho da sua actividade política porque, segundo eles, o partido no poder cria muitas barreiras com o fim de dar a entender que ainda não existe uma alternativa séria em Moçambique.

De acordo com Lutero Simango, em Moçambique o poder jurídico está dependente do poder político, por isso é urgente a separação destes dois poderes para que possa existir no país uma verdadeira democracia. O Partido deve estar separado do Estado, mas a nossa Constituição não separa estes dois poderes.

Mais adiante ele disse que nestas circunstâncias qualquer Presidente que ganhar as eleições pode nomear os seus magistrados, e isto fará com que a justiça sirva e defenda os partidos no poder. Moçambique precisa de uma Constituição que garanta a separação dos poderes, porque quando um juiz é nomeado politicamente ele vai defender o poder político, disse Lutero Simango. O PCN é uma formação política que defende uma economia de mercado livre, mas um mercado livre mais civilizado do que o que actualmente se assiste em Moçambique — afirma Chire — porque este mercado só beneficia algumas pessoas.

Outras características do PCN apontadas pelo Chire relacionam-se com uma proposta para uma nova organização da sociedade baseada nas condições efectivas de Moçambique.

— Para nós o governador de uma província, por exemplo, deve ser eleito e não nomeado. Faz parte ainda do nosso programa a valorização das capacidades (humanas) nacionais; encontrar formas de desenhar uma política bancária e fiscal que concorram para o desenvolvimento do país.

Ainda a este propósito, Simango acrescentou que o PCN julga que deve haver uma combinação estreita entre o sector privado nacional e o estatal. Nunca entregar na totalidade programas ou projectos de âmbito nacional às multinacionais, devendo existir capitais mistos. "Reconhecemos que não temos uma tradição de empresariado no nosso país, mas a prioridade é para os nacionais, pois já existem muitos quadros para o desempenho desta actividade".

Instados a responderem sobre a possibilidade de uma aliança da oposição em Moçambique, os oradores afirmaram ter a consciência da necessidade de uma aliança das forças de oposição mas defendem que tal deve ser produto de uma plataforma política. Não queremos que se dêem, em Moçambique, casos que acontecem noutros países africanos resultantes de alianças pouco claras. Sentimos que se em Moçambique existirem trinta partidos, por exemplo, isso criará uma confusão da qual o partido no poder tiraria grandes dividendos, o que não seria vital para a oposição, aliás, isso só serviria para desacreditar a oposição".

Sobre uma possível aliança com a Renamo, o PNC afirmou não existir até este momento nenhum acordo com a Renamo e com nenhum outro partido político da oposição. "Temos contactos com todas as formações políticas emergentes. Podemos vir a formar coligações mas neste momento não sabemos com qual o faremos".

Em relação ao facto de este Partido integrar um filho de Urias Simango e a possível utilização do nome de Simango como cavalo de batalha nas campanhas eleitorais, Chire disse que o PCN não foi pensado pelo filho de Simango e ele não surgiu para vingar o Simango. "Se o quisessem, tê-lo-iam feito juntando-se à Renamo, por exemplo. Tiveram várias oportunidades para se exilarem, mas ficaram aqui sofrendo todo o tipo de privações. A Frelimo não lhes

ajudou em nada. Quando os pais foram presos, Lutero tinha treze anos de idade e hoje ele e o irmão são licenciados, e mais um a caminho disso. Portanto, o PCN tem a sua linha política e não é uma força para vingar a morte de Urias Simango. Os filhos tiveram tempo para isso. Sabemos que os nossos inimigos têm se servido desse aspecto para nos desacreditar, mas nós estamos certos dos nossos ideais políticos".

Pronunciando-se sobre os protocolos de Roma, sobretudo o segundo, Lutero Simango afirmou o seguinte: "Temos que aceitar que a Assembleia da República está em Roma porque é lá onde se anulam as leis como aconteceu com a Lei dos Partidos. Estamos à espera de que a Assembleia se transfira de Roma para Maputo para podermos discutir os nossos problemas. O Protocolo número dois flexibilizou um pouco a Lei dos partidos, mas continua com muitos erros. Nós já dizíamos que não concordávamos com a lei, toda a oposição disse isso, mas não foi ligada, mas como foi a Renamo, o Governo aceitou. Quer dizer, a oposição respeitada pelo Governo é só a Renamo porque tem armas, por outras palavras, o Governo só respeita armas.

"Ainda sobre este assunto Simango disse que "os dois beligerantes deviam discutir o cessar-fogo, questões relativas à formação de um exército nacional e o futuro das suas tropas e não andar a discutir a questão da lei eleitoral e dos partidos, porque isso diz respeito a todos nós. Por isso estamos à espera da transferência da capital de Roma para Maputo".

Com relação aos poderes locais, o PCN disse que não iria impor o seu regresso, mas que se dentro do seu partido houver um que queira candidatar-se, "nós vamos utilizá-lo, mas nunca vamos impor o regresso dos régulos e regulados".

Durante a conferência de Imprensa, os oradores pronunciaram-se sobre a necessidade de formação de um Governo de Transição e que os mecanismos da sua formação devem merecer uma discussão de todas as partes.

A terminar sublinharam ainda mais a necessidade de o Governo e a Renamo porem cobro ao conflito o mais rápido possível e deixarem as matérias que dizem respeito à Assembleia da República para que seja esta a discutir.